

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo
Brasileiro S.A. - Petrobras)

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2020**

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Índice

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balço Patrimonial.....	7
Demonstração do Resultado	8
Demonstração dos Resultados Abrangentes.....	9
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	10
Demonstração dos Fluxos de Caixa	11
Demonstração do Valor Adicionado.....	12
Notas Explicativas	13
1. A companhia e suas operações	13
2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras	14
3. Sumário das principais práticas contábeis	16
4. Estimativas e julgamentos relevantes	18
5. Contas a receber.....	19
6. Arrendamentos mercantis.....	21
7. Imobilizado	22
8. Financiamentos.....	22
9. Partes relacionadas.....	24
10. Tributos.....	27
11. Benefícios concedidos a empregados	29
12. Patrimônio líquido	32
13. Receita de arrendamento.....	34
14. Despesas gerais e administrativas.....	34
15. Outras receitas líquidas	35
16. Resultado financeiro líquido.....	35
17. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa	35
18. Processos judiciais e contingências	36
19. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros.....	37
Conselho de Administração e Diretoria Executiva	40

Relatório da Administração 2020

Aos
Senhores Acionistas
Conselho de Administração

Cumprindo preceitos legais e disposições estatutárias, apresentamos as Demonstrações Financeiras da Termobahia S.A. do exercício social findo em 31/12/2020, elaboradas na forma da legislação societária e acompanhadas do Parecer da KPMG Auditores Independentes.

PERFIL CORPORATIVO

A Termobahia S.A. é uma sociedade detentora da propriedade da Usina Termelétrica Termobahia, com capacidade nominal instalada de 185,89 MW de energia elétrica e 396 toneladas por hora de vapor, localizada no Município de São Francisco do Conde – BA.

Em 02/03/2010, através da Resolução Autorizativa nº 2.290, publicada no Diário Oficial da União em 12/03/10, a ANEEL autorizou a transferência do PIE da Termobahia S.A. para a Petrobras explorar a UTE Termobahia.

Em 01/04/2013, a Termobahia S.A. celebrou com a Petrobras o Contrato de Locação e Outras Avenças, cujo objeto é a locação da UTE Termobahia, com vigência até 15/09/2023, mantendo-se a responsabilidade de operação, manutenção e comercialização de energia a cargo da Petrobras.

Em janeiro de 2020, a China reportou ter identificado uma nova variante do coronavírus, COVID-19, que estava se disseminando de forma rápida em sua população. Em 11 de março de 2020, foi declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) que a COVID-19 se tratava de uma pandemia.

Apesar do surto da COVID-19 e os reflexos negativos em grande parte das empresas ao redor do mundo, o modelo de negócio da Companhia foi capaz de manter sua atividade sem nenhum impacto relevante em seus resultados.

ASPECTOS COMERCIAIS

Conforme disposto no Contrato de Locação, toda a energia elétrica e vapor produzido pela UTE Termobahia são comercializados pela Petrobras e disponibilizada no Sistema Interligado Nacional – SIN, sob a responsabilidade do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

POLÍTICA DE GOVERNANÇA E SUSTENTABILIDADE

A Termobahia está engajada com as ações de governança da acionista controladora, a Petrobras, com o intuito de estabelecer as melhores práticas alinhadas ao nosso negócio e em conformidade com as exigências dos novos regramentos adotados pela companhia, que nos tornam aptos a alcançar patamares diferenciados de mercado.

Nossa estratégia inclui o permanente compromisso de respeito aos direitos humanos, cuja intenção é o olhar cuidadoso que temos com nossos públicos, bem como os princípios éticos e compromissos de conduta que percorre nossas relações, vêm permitindo o desenvolvimento de uma cultura de integridade, com o fortalecimento dos nossos controles internos e de nossa governança corporativa.

A segurança e o compromisso com a vida são valores sólidos em nossa companhia e considerados em todas as nossas decisões.

A situação atual reforça a importância dos nossos pilares estratégicos, que devem continuar a serem seguidos ainda com mais foco. Continuaremos operando com alta produtividade, custos baixos e respeito às pessoas, ao meio ambiente e à segurança, contribuindo positivamente para a sociedade e para o Brasil.

ASPECTOS ECONÔMICOS e FINANCEIROS

Em 2020, a Termobahia apresentou resultado positivo de R\$ 36.036 mil, redução de 26% com relação ao exercício de 2019, quando registrou lucro líquido de R\$ 48.397 mil. Conforme pode ser observado na Tabela 1 abaixo, a redução do resultado de 2020 foi ocasionada em função (a) da redução do saldo do fluxo nominal dos recebíveis do arrendamento mercantil financeiro, reflexo dos recebimentos mensais do contrato, que reduz a receita a medida que o tempo passa; (b) aumento das despesas operacionais e (c) redução do resultado financeiro.

Tabela 1 – Demonstrações de Resultado 2020

DRE (R\$ mil)	2020	2019	Δ	Δ %
Receita de arrendamento	56.628	60.196	(3.568)	(6%)
Lucro (Prejuízo) Bruto	56.628	60.196	(3.568)	(6%)
Gerais e administrativas	(5.372)	(3.151)	(2.221)	(70%)
Tributárias	(617)	(2.136)	1.519	71%
Outras receitas (despesas), líquidas	1.429	13.346	(11.917)	(89%)
Despesas operacionais	(4.560)	8.059	(12.619)	(157%)
Lucro antes do result. financ. e impostos	52.068	68.255	(16.187)	(24%)
Resultado financeiro líquido	(4.077)	13.644	(17.721)	(130%)
Receitas financeiras	10.131	17.901	(7.770)	(43%)
Despesas financeiras	(4.024)	(4.562)	538	12%
Variações monetárias, líquidas	(10.184)	305	(10.489)	(3439%)
Resultado antes dos impostos	47.991	81.899	(33.908)	(41%)
Imposto de renda e contribuição social	(11.955)	(33.502)	21.547	64%
Lucro do período	36.036	48.397	(12.361)	(26%)

Na continuação, serão apresentados os esclarecimentos das principais variações ocorridas em cada rubrica das Demonstrações do Resultado (DRE) de 2020.

Lucro Bruto

Com a adoção do normativo CPC 06(R2) a partir de 01 de janeiro de 2019, a atualização monetária não é mais retratada no fluxo do recebimento do arrendamento mercantil financeiro mensalmente, sendo agora atualizado anualmente na data base do reajuste do contrato, trazendo como consequência, o recálculo dos juros com base no valor presente das parcelas

do fluxo de recebíveis provenientes do Contrato de Locação da UTE Termobahia. Dessa forma, à medida que o tempo passa, a receita recua em função do menor fluxo futuro de recebíveis. Consequentemente, a Companhia registrou Lucro Bruto de R\$ 56.628 mil em 2020 ante Lucro Bruto de R\$ 60.196 mil apurado em 2019.

Despesas Gerais e Administrativas

As Despesas Gerais e Administrativas da Termobahia apresentaram aumento em torno de 70%, ao passar de R\$ 3.151 mil em 2019 para R\$ 5.372 mil em 2020. O aumento dessas despesas ocorreu em função i) do pagamento à controladora do reembolso retroativo a março de 2019 da remuneração da Diretoria e iii) da inclusão de processos pelo uso de estrutura da controladora por meio de Contrato de Compartilhamento de Custos e Despesas, retroativos à 2019.

Despesas Tributárias

A partir do final de 2019, com a publicação da IN RFB nº 1881/2019, os fluxos futuros de recebíveis passaram a ser líquidos de PIS/COFINS, o que resultou menor recolhimento tributário ao longo de 2020. Com isso, as Despesas Tributárias passaram de R\$ 2.136 mil em 2019 para R\$ 617 mil em 2020, redução de 71% na comparação anual.

Outras Receitas (Despesas), Líquidas

Em decorrência do efeito não recorrente do reprocessamento das apurações (PIS e COFINS) relativas ao período de julho de 2015 a abril de 2019, na ordem de R\$ 16.561 mil, as Outras Receitas (Despesas) apresentaram resultado positivo na ordem de R\$ 13.346 mil em 2019. Por esta razão, as Outras Receitas (Despesas) apresentaram queda de 89% ao passar de R\$ 13.346 mil em 2019 para R\$ 1.429 mil em 2020.

Resultado Financeiro Líquido

Após registrar saldo positivo de R\$ 13.644 mil em 2019, o Resultado Financeiro Líquido encerrou 2020 com resultado negativo de R\$ 4.077 mil, queda de 130%. A baixa performance do Resultado Financeiro foi ocasionada pelo menor rendimento das aplicações financeira, com a queda da Taxa Selic, e pela alta do IGP-M que aumentou o serviço da dívida financeira (variação de 23,14% no IGP-M em 2020 x 7,30% em 2019).

Imposto de Renda e Contribuição Social (IR/CSLL)

A menor base tributável, essencialmente, pela menor receita financeira e o benefício fiscal, na ordem de R\$ 4,7 milhões, gerado com o pagamento antecipado de Juros sobre Capital Próprio de R\$ 13,8 milhões, contribuíram para o menor recolhimento de IR e CSLL, que encerrou 2020 em R\$ 11.955 mil ante R\$ 33.502 auferido em 2019.

METAS E INDICADORES

A disciplina de capital e melhora na previsibilidade dos indicadores contribuíram para o atingimento das Metas 2020 da Termobahia, conforme demonstrado na Tabela 2 abaixo.

Tabela 2 – Metas de Resultado 2020

Indicadores	Metas 2020	Realizado
FCO (R\$ mil)	97.300	114.147
ROAE (%)	4,1%	6,1%
GOG (R\$ mil)	5.900	3.723
TAR (pontos)	0	0

Legenda

FCO = Fluxo de Caixa Operacional
ROAE = (Resultado Líquido / Patrimônio
GOG = Gastos Operacionais Gerenciáveis
TAR = Taxa de Acidentados Registráveis

Memória de Cálculo	Realizado 2020
FCO	114.147
GOG	3.723
TAR	0
ROAE	6,05%
Resultado Líquido	36.036
Patrimônio Líquido	595.466

PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DE RESULTADO 2020

Conforme disposição legal (Lei das Sociedades por Ações), os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do Lucro Líquido Ajustado.

Em 28/12/2020, a Assembleia de Acionistas deliberou pelo pagamento antecipado de Juros sobre Capital Próprio (JCP) no montante de R\$ 13.820 mil. Dessa forma, a proposta de Destinação de Resultado relativa ao exercício de 2020, elaborada pelos Administradores da Sociedade que será encaminhada à deliberação em Assembleia de Acionistas, prevê a distribuição total de R\$ 34.234 mil em dividendos aos acionistas, sendo R\$ 20.414 mil em dividendos adicionais propostos, além do JCP pago antecipadamente, conforme apresentado na Tabela 3, a seguir.

Tabela 3 – Proposta de Destinação de Resultado 2020

Destinação do Resultado (R\$)	2020
Lucro do Exercício	36.036.585,40
A - Reserva Legal (5%)	1.801.829,27
Saldo a Destinar	34.234.756,13
B - Dividendos Mínimos Obrigatórios (25%)	13.820.426,00
Juros sobre Capital Próprio	13.820.426,00
Dividendos Mínimos	-
C - Dividendos Adicionais Propostos	20.414.330,13
Dividendos Adicionais	20.414.330,13
D - Dividendos Totais a Distribuir (B + C)	34.234.756,13
Destinação Total (A + D)	36.036.585,40

AGRADECIMENTOS

Nós agradecemos aos nossos colaboradores, acionista, fornecedores e parceiros pela confiança e parceria durante o ano de 2020.

São Francisco do Conde, 24 de fevereiro de 2021.

Wellington Gomes Lucas
Presidente

Aline Dias Leonardi
Diretora Administrativa





KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da Termobahia S.A. Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Termobahia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Termobahia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Transações com Partes Relacionadas

Chamamos a atenção para o fato que a Companhia segue o plano de negócios da controladora final Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras na condução de suas operações e mantém transações com empresas do grupo Petrobras, conforme descrito nas notas explicativas nºs 1 e 9 às demonstrações financeiras. Portanto, as demonstrações financeiras acima referidas devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às Companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria

em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2021

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Milena dos Santos Rosa

Contador CRC RJ-100983/O-7

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Balanço Patrimonial

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa		1	1	Fornecedores	9	1.044	474
Contas a receber, líquidas	5.1	131.708	125.398	Arrendamentos mercantis	6.2	247	316
Contas a receber – FIDC	5.2	400.173	339.194	Financiamentos	8	18.509	13.994
Despesas antecipadas		-	407	Imposto de renda e contribuição social	10.1	-	1.545
Imposto de renda e contribuição social	10.1	3.594	216	Impostos e contribuições	10.1	2.518	1.339
Impostos e contribuições	10.1	10	-	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	12.4	11.747	11.494
		<u>535.486</u>	<u>465.216</u>	Salários, férias, encargos e participações		<u>1.754</u>	<u>3.058</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Arrendamentos mercantis	6.2	398	475
Depósitos judiciais	18.2	359	10.717	Financiamentos	8	32.042	38.886
Impostos e contribuições	10.1	20.056	19.948	Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.2	74.911	82.181
Contas a receber, líquidas	5.1	190.813	271.709	Planos de pensão e de saúde	11	8.608	12.697
		<u>211.228</u>	<u>302.374</u>	Outras contas a pagar	9	-	-
Imobilizado				Patrimônio líquido			
	7	539	709	Capital social realizado	12	311.752	311.752
		<u>539</u>	<u>709</u>	Reservas de lucros		28.793	41.061
				Transações de capital		255.516	255.516
				Outros resultados abrangentes		(595)	(6.489)
						<u>595.466</u>	<u>601.840</u>
		<u>747.253</u>	<u>768.299</u>			<u>747.253</u>	<u>768.299</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Nota	2020	2019
Receita de arrendamento	13	56.628	60.196
Lucro bruto		56.628	60.196
Despesas			
Gerais e administrativas	14	(5.372)	(3.151)
Tributárias		(617)	(2.136)
Outras receitas, líquidas	15	1.429	13.346
		(4.560)	8.059
Lucro antes do resultado financeiro, participações e impostos		52.068	68.255
Resultado financeiro líquido	16	(4.077)	13.644
Receitas financeiras		10.131	17.901
Despesas financeiras		(4.024)	(4.562)
Variações monetárias, líquidas		(10.184)	305
Lucro antes dos impostos		47.991	81.899
Imposto de renda e contribuição social	10.3	(11.955)	(33.502)
Lucro do exercício		36.036	48.397
Lucro básico e diluído por ação (em R\$)	12.5	692,75	930,37

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração dos Resultados Abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Lucro do exercício	36.036	48.397
Itens que não serão reclassificados para o resultado:		
Ganhos atuariais com planos de benefícios definidos (nota explicativa 12.5)	5.894	(3.865)
	5.894	(3.865)
Resultado abrangente total	41.930	44.532

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Capital subscrito e integralizado	Transações de capital	Outros resultados abrangentes	Reservas de lucros			Total do patrimônio líquido
			Perdas atuariais com planos de benefícios definidos	Legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	
Saldos em 1º de janeiro de 2019	311.752	255.516	(2.624)	4.158	10.068	-	578.870
	311.752	255.516	(2.624)		14.226	-	578.870
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	-	(10.068)	-	(10.068)
Outros resultados abrangentes	-	-	(3.865)	-	-	-	(3.865)
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	48.397	48.397
Destinações:							
Apropriação do lucro líquido em reserva	-	-	-	2.420	-	(2.420)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	(11.494)	(11.494)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	34.483	(34.483)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	311.752	255.516	(6.489)	6.578	34.483	-	601.840
	311.752	255.516	(6.489)		41.061	-	601.840
Dividendos adicionais aprovados	-	-	-	-	(34.483)	-	(34.483)
Outros resultados abrangentes	-	-	5.894	-	-	-	5.894
Lucro do exercício	-	-	-	-	-	36.036	36.036
Destinações:							
Apropriação do lucro líquido em reserva	-	-	-	1.801	-	(1.801)	-
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(13.821)	(13.821)
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	20.414	(20.414)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	311.752	255.516	(595)	8.379	20.414	-	595.466
	311.752	255.516	(595)		28.793	-	595.466

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2020	2019
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro do exercício	36.036	48.397
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	174	116
Despesa atuarial de planos de pensão e saúde	1.805	1.956
Provisão para perdas com processos judiciais e administrativos	-	(191)
Variações monetárias e encargos financeiros	13.950	3.764
Rendimentos de recebíveis de ativos financeiros	(9.938)	(17.407)
Imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos	(7.270)	1.015
Redução (aumento) de ativos		
Contas a receber	(2.263)	818
Contas a receber - arrendamento financeiro	76.849	66.615
Outros ativos	10.960	(1.232)
Aumento (redução) de passivos		
Fornecedores	570	(212)
Impostos e contribuições	8.467	6.640
Imposto de renda e contribuição social pagos	(13.899)	(21.447)
Outros passivos	(1.295)	1.215
Recursos líquidos gerados pelas atividades operacionais	114.146	90.047
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Investimentos em recebíveis de ativos financeiros	(51.041)	(4.569)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimentos	(51.041)	(4.569)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Financiamentos e operações de mútuo, líquidos:		
Amortizações de principal	(12.571)	(10.626)
Amortizações de juros	(4.363)	(4.701)
Amortização de arrendamentos	(194)	-
Dividendos pagos à acionista controlador	(45.448)	(69.344)
Dividendos pagos aos acionistas não controladores	(529)	(807)
Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamentos	(63.105)	(85.478)
Efeito líquido do caixa e equivalentes de caixa do exercício	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1	1
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	1	1

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	2020	2019
Receitas		
Outras receitas	-	13.561
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(344)	(3.005)
Valor adicionado (consumido) produzido bruto	(344)	13.556
Depreciação e amortização	(174)	(116)
Valor adicionado líquido (consumido) produzido pela companhia	(518)	13.440
Valor adicionado recebido em transferência		
Juros sobre arrendamento mercantil	56.628	60.196
Receitas financeiras - inclui variação monetária	10.636	21.327
	67.264	81.523
Valor adicionado a distribuir	66.746	94.963
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e administradores		
Salários e benefícios	3.316	1.051
Participação nos lucros ou resultados	-	520
Remuneração variável	(239)	1.313
	3.077	2.884
Tributos		
Federais	12.790	35.744
Estaduais	30	9
Municipais	100	246
	12.920	35.999
Instituições financeiras e fornecedores		
Juros e variações monetárias	14.713	7.683
Acionistas		
Dividendos	-	11.494
Juros sobre capital próprio	13.821	-
Lucros retidos	22.215	36.903
	36.036	48.397
Valor adicionado distribuído	66.746	94.963

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

1. A companhia e suas operações

A Termobahia S.A. (“companhia”), controlada pela Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, foi constituída em 22 de outubro de 1998 e iniciou suas atividades operacionais em 30 de setembro de 2003, tendo como objeto social a produção, comercialização, aquisição, exportação e importação de energia elétrica e vapor, observando os termos e condições previstas na legislação aplicável.

A Termobahia é proprietária da Usina Termelétrica Termobahia (antiga UTE Celso Furtado), cujos ativos são utilizados, exclusivamente, na produção de energia elétrica e vapor de alta pressão. O projeto de co-geração (produção de energia elétrica e vapor) foi construído ao lado da Refinaria Landulpho Alves de Mataripe (“RLAM”), de propriedade da Petrobras, com capacidade de produção de 185,89 megawatts de energia elétrica e 396 toneladas por hora de vapor de alta pressão.

A companhia mantém transações relevantes com a controladora Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras e segue o Plano de Negócios desta na condução de suas operações. Portanto, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto.

Contrato de Locação da Usina

Em 1º de abril de 2013, a companhia celebrou Contrato de Locação de sua Usina Termelétrica pelo prazo de 3.820 dias, com vencimento em 15 de setembro de 2023, com sua controladora.

A relação existente com sua Controladora possui a característica de arrendamento mercantil financeiro, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil.

Aliança estratégica entre Petrobras e Total Brasil E&P

Em 28 de fevereiro de 2017, a Petrobras e a empresa Total assinaram contratos de compra e venda de ativos da Aliança Estratégica, definidos no Acordo Geral de Colaboração (*Master Agreement*), assinado em 21 de dezembro de 2016.

Os contratos de compra e venda contemplam a alienação para a Total de 50% de participação da Petrobras na Termobahia e o fechamento da transação terá que ser realizada a reestruturação societária na Termobahia, com o aporte da UTE Termocamaçari, atualmente de propriedade da Petrobras.

Em dezembro de 2019, a Petrobras confirmou que não conseguiu convergir em assuntos que foram tratados como condições precedentes para o *closing* da operação. Por conta disso, a Petrobras iniciou processos internos para avaliar o término desse Acordo com a Total Brasil E&P que envolve a Termobahia. Vale destacar, no entanto, que o SPA “*Share Purchase Agreement*” firmado à época entre ambas as Empresas ainda se encontra válido pelo fato de não se ter atingido o *LongStop Date* previsto em Acordo.

1.1. Destaques do Exercício

A companhia apurou um lucro de R\$ 36.036 (R\$ 48.397 em 2019), em função basicamente do menor resultado operacional, reflexo da redução da receita de arrendamento e das outras receitas operacionais e do menor resultado financeiro (notas explicativas 13, 15 e 16).

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

1.2. Contexto, ações de resiliência e impactos causados pela COVID-19

1.2.1. Contexto

Em janeiro de 2020, a China reportou ter identificado uma nova variante do coronavírus, COVID-19, que estava se disseminando de forma rápida em sua população. Em 11 de março de 2020, foi declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) que a COVID-19 tratava-se de uma pandemia. As medidas de isolamento social decorrentes dessa pandemia afetaram o ambiente econômico global.

As autoridades governamentais brasileiras, por sua vez, implementaram uma série de medidas para fazer frente aos efeitos econômicos colaterais, impostos pela atual pandemia, de dimensões crescentes e ainda incertas que paralisaram as atividades mundiais, auxiliando desta forma o setor produtivo.

1.2.2. Ações de resiliência

A companhia alinhada às recomendações da OMS e do Ministério da Saúde, anunciou providências para preservar a saúde de seus colaboradores e apoiar na prevenção ao contágio em suas áreas operacionais e administrativas que incluem o trabalho em home office, rigorosa higienização dos locais de trabalho, testagem de casos suspeitos, medição de temperatura corporal, acompanhamento médico e acesso a serviços de telemedicina.

1.2.3. Efeito nas demonstrações financeiras

Os impactos da COVID-19 e da alteração no ambiente econômico foram considerados na preparação dessas demonstrações financeiras.

O resultado da revisão dessas premissas e outros decorrentes da COVID-19, está apresentado a seguir:

- não ocorreram alterações de premissas no reconhecimento dos contratos de receita com clientes, pois a Companhia possui operações somente com a sua controladora.
- não foram identificados efeitos no reconhecimento das perdas de crédito esperadas (PCE) nos ativos financeiros da companhia;
- não houve alterações nos compromissos assumidos com fornecedores, tendo em vista que o fluxo de caixa não sofreu alterações; e
- no âmbito do contencioso jurídico da companhia, não há casos relacionados ao COVID-19 com risco de desembolso financeiro que impactem diretamente as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

2. Base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas por intermédio das Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, complementadas por pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão apresentadas nas respectivas notas explicativas.

Na preparação dessas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e julgamentos relevantes que requerem maior nível de julgamento e complexidade estão divulgados na nota explicativa 4.

O Conselho de Administração da companhia, em reunião realizada em 24 de fevereiro de 2021, autorizou a divulgação destas demonstrações financeiras.

2.1. Demonstração do valor adicionado

Esta demonstração tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas e foi preparada de acordo com o CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.2. Moeda funcional

A moeda funcional da companhia é o real, que é a moeda de seu ambiente econômico de operação.

2.3. Novas normas e interpretações

2.3.1. International Accounting Standards Board (IASB)

Os principais normativos emitidos pelo IASB que ainda não entraram em vigor e não tiveram adoção antecipada pela Companhia até 31 de dezembro de 2020.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Norma	Descrição	Data de vigência
<i>Interest Rate Benchmark Reform – Phase 2. Amendments to IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 and IFRS 16.</i>	As alterações normativas estão relacionadas à reforma das taxas de juros referenciais (IBOR) resultante das recomendações estabelecidas no relatório do Financial Stability Board (FSB). As emendas estabelecem novos requerimentos sobre: base para determinação dos fluxos de caixa contratuais dos ativos e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado no escopo do IFRS 9, passivos de arrendamento; contabilidade de hedge; e divulgações.	1º de janeiro de 2021, aplicação retrospectiva com determinadas exceções
<i>Annual Improvements to IFRS® Standards 2018–2020.</i>	As emendas alteram requerimentos relacionados a: controlada como adotante inicial dos IFRS (IFRS 1 - First - Reporting Standards); taxas a serem consideradas para avaliar o desreconhecimento de um passivo financeiro (IFRS 9-Financial Instruments); e fluxos de caixa para tributação ao mensurar o valor justo (IAS 41-Agriculture). Adicionalmente, as emendas alteram determinado exemplo ilustrativo contido no IFRS 16-Leases.	1º de janeiro de 2022, aplicação prospectiva.
<i>Reference to the Conceptual Framework - Amendments to IFRS 3</i>	As emendas atualizam determinada referência no IFRS 3 à estrutura conceitual mais recente, bem como inclui requerimentos adicionais relativos a obrigações no escopo dos pronunciamentos IAS 37 - Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets e IFRIC 21-Levies. Adicionalmente, as emendas orientam que o comprador não deve reconhecer ativos contingentes adquiridos em uma combinação de negócios.	1º de janeiro de 2022, aplicação prospectiva.
<i>Onerous Contracts—Cost of Fulfilling a Contract - Amendments to IAS 37</i>	Estabelece alterações no IAS 37 - Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets para esclarecer o que compreende os custos de cumprimento de um contrato para avaliar se um contrato é oneroso.	1º de janeiro de 2022, aplicação prospectiva.
<i>Property, Plant and Equipment: Proceeds before Intended Use - Amendments to IAS 16</i>	As alterações no IAS 16-Property, Plant and Equipment proíbem deduzir do custo do imobilizado valores recebidos pela venda de itens produzidos antes da colocação do ativo no local e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração	1º de janeiro de 2022, aplicação retrospectiva com determinadas exceções.
<i>Classification of Liabilities as Current or Non-current - Amendments to IAS 1</i>	As emendas no IAS 1-Presentation of Financial estabelecem requerimentos para classificação de um passivo como circulante ou não circulante.	1º de janeiro de 2023, aplicação retrospectiva.
<i>IFRS 17 – Insurance Contracts e Amendments to IFRS 17 Insurance Contracts</i>	O IFRS 17 substitui o IFRS 4-Insurance Contracts e estabelece os requisitos que devem ser aplicados no reconhecimento e divulgação relacionados aos contratos de seguro e de resseguro.	1º de janeiro de 2023, aplicação retrospectiva.

Quanto às emendas e normativo listados acima, que entrarão em vigor a partir de 1º de janeiro de 2022, a companhia está avaliando os efeitos da aplicação inicial em suas demonstrações contábeis consolidadas. Com relação a emenda que entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021, a companhia não estima impactos da aplicação inicial em suas demonstrações contábeis consolidadas.

3. Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis da companhia são consistentes com as adotadas e divulgadas no exercício anterior. Para melhor compreensão da base de reconhecimento e mensuração aplicadas na preparação das demonstrações financeiras, essas práticas são apresentadas nas respectivas notas explicativas que tratam dos temas de suas aplicações.

As notas que apresentam práticas contábeis são:

Notas Explicativas

5. Contas a receber
7. Imobilizado
10. Tributos
11. Benefícios Concedidos a empregados
12. Patrimônio Líquido

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

13. Receita de arrendamento

18. Processos judiciais e contingências

3.1. Instrumentos financeiros

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

3.1.1. Ativos financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um ativo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Exceto para contas a receber de clientes sem componente de financiamento significativo, os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo e, caso não sejam classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão são adicionados ou reduzidos.

b) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros são geralmente classificados como subseqüentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou ao valor justo por meio do resultado com base tanto: no modelo de negócios da entidade para a gestão dos ativos financeiros; quanto nas características de fluxo de caixa contratual do ativo financeiro, conforme segue:

- **Custo amortizado:** ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do pagamento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva manter o ativo com o fim de receber seus fluxos de caixa contratuais;
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** ativo financeiro (instrumento financeiro de dívida) cujo fluxo de caixa contratual resulta somente do recebimento de principal e juros sobre o principal em datas específicas e, cujo modelo de negócios objetiva tanto o recebimento dos fluxos de caixa contratuais do ativo quanto sua venda, bem como investimentos em instrumentos patrimoniais não mantidos para negociação nem contraprestação contingente, que no reconhecimento inicial, a companhia elegeu de forma irrevogável por apresentar alterações subseqüentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes; e
- **Valor justo por meio do resultado:** todos os demais ativos financeiros. Esta categoria geralmente inclui instrumentos financeiros derivativos.

3.1.2. Passivos Financeiros

a) Reconhecimento e mensuração inicial

Um passivo financeiro é reconhecido quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento e inicialmente mensurado a valor justo. Caso não seja classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou emissão reduzem ou aumentam esse valor.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

b) Classificação e mensuração subsequente

Passivos financeiros são classificados como mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, exceto em determinadas circunstâncias, que incluem determinados passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Quando passivos financeiros mensurados a custo amortizado tem seus termos contratuais modificados e tal modificação não for substancial, seus saldos contábeis refletirão o valor presente dos seus fluxos de caixa sob os novos termos, utilizando a taxa de juros efetiva original. A diferença entre o saldo contábil do instrumento remensurado quando da modificação não substancial dos seus termos e seu saldo contábil imediatamente anterior a tal modificação é reconhecida como ganho ou perda no resultado do período.

4. Estimativas e julgamentos relevantes

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de estimativas e julgamentos para determinadas operações que refletem no reconhecimento e mensuração de ativos, passivos, receitas e despesas. As premissas utilizadas são baseadas no histórico e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração. Os resultados reais podem diferir dos valores estimados.

A seguir são apresentadas informações apenas sobre práticas contábeis e estimativas que requerem elevado nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação e que podem afetar materialmente a situação financeira e os resultados da companhia.

4.1. Benefícios de pensão e outros benefícios pós-emprego

Os compromissos atuariais e os custos com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica dependem de uma série de premissas econômicas e demográficas, dentre as principais utilizadas estão:

- Taxa de desconto - compreende a curva de inflação projetada com base no mercado mais juros reais apurados por meio de uma taxa equivalente que conjuga o perfil de maturidade das obrigações de pensão e saúde com a curva futura de retorno dos títulos de mais longo prazo do governo brasileiro;
- Taxa de variação de custos médicos e hospitalares - premissa representada pela projeção de taxa de crescimento dos custos médicos e hospitalares, baseada no histórico de desembolsos para cada indivíduo (per capita) da companhia nos últimos cinco anos, que se iguala à taxa da inflação geral da economia no prazo de 30 anos.

Essas e outras estimativas são revisadas anualmente e podem divergir dos resultados reais devido a mudanças nas condições de mercado e econômicas, além do comportamento real das premissas atuariais.

4.2. Estimativas relacionadas a processos judiciais e contingências

A companhia é parte envolvida em processos judiciais e administrativos envolvendo questões cíveis, fiscais e trabalhistas decorrente do curso normal de suas operações, cujas estimativas para determinar os valores das obrigações e a probabilidade de saída de recursos são realizadas pela Termobahia com base em pareceres de seus assessores jurídicos, quando necessário, e nos julgamentos da Administração.

Essas estimativas são realizadas de forma individualizada ou por agrupamento de casos com teses semelhantes e essencialmente levam em consideração fatores como a análise dos pedidos realizados pelos autores, robustez das provas existentes, precedentes jurisprudenciais de casos semelhantes e doutrina sobre o tema.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Decisões judiciais e administrativas em ações contra a companhia, nova jurisprudência, alterações no conjunto de provas existentes podem resultar na alteração na probabilidade de saída de recursos e suas mensurações mediante análise de seus fundamentos.

Informações sobre processos provisionados e contingências são apresentadas na nota explicativa 18.

4.3. Tributos diferidos sobre o lucro

A companhia utiliza de julgamentos para determinar o reconhecimento e o valor dos tributos diferidos nas demonstrações financeiras. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos se for provável a existência de lucros tributáveis futuros. A determinação do reconhecimento de ativos fiscais diferidos requer a utilização de estimativas que anualmente é aprovada pela Administração.

A movimentação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido diferidos estão apresentados na nota explicativa 10.2.

4.4. Perdas de crédito esperadas

A provisão de perdas de crédito (PCE) esperadas para ativos financeiros se baseia em premissas de risco de *default*, determinação da ocorrência ou não de aumento significativo no risco de crédito, fator de recuperação, entre outras. Para tal, a companhia utiliza julgamentos nessas premissas, além de informações sobre atrasos nos pagamentos e avaliações do instrumento financeiro com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

4.5. Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro representam os riscos de que a autoridade fiscal não aceite um determinado tratamento tributário aplicado pela companhia. A companhia estima a probabilidade de aceitação do tratamento fiscal incerto pela autoridade fiscal com base em avaliações técnicas de seus assessores jurídicos, considerando precedentes jurisprudenciais aplicáveis a legislação tributária vigente, que podem ser impactados principalmente por mudanças nas regras fiscais ou decisões judiciais que alterem a análise dos fundamentos da incerteza.

5. Contas a receber

5.1. Contas a receber, líquidas

	2020	2019
Recebíveis de contratos com clientes		
Partes relacionadas		
Arrendamento mercantil financeiro (nota explicativa 6)	316.584	393.433
Outras contas a receber (nota explicativa 9.1)	5.937	3.674
	322.521	397.107
Circulante	131.708	125.398
Não circulante	190.813	271.709

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

5.2. Contas a receber - FIDC

Em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 400.173 (R\$ 339.194). Representam recursos aplicados em quotas seniores do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP). O FIDC-NP é destinado preponderantemente à aquisição de direitos creditórios performados e/ou não performados de operações realizadas por subsidiárias e controladas, exclusivo do Sistema Petrobras.

A aplicação desses recursos no FIDC-NP é tratada como “recebíveis”, considerando que o lastro desse fundo é principalmente, em direitos creditórios adquiridos e são classificados na categoria de valor justo por meio do resultado.

Prática contábil

Quando a companhia é arrendadora de um bem em um arrendamento financeiro, constitui-se um recebível por valor igual ao investimento líquido no arrendamento, composto pelos pagamentos do arrendamento a receber e qualquer valor residual não garantido de responsabilidade da companhia, descontados pela taxa de juros implícita da operação.

A companhia reconhece provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes de curto prazo por meio da utilização de matriz de provisões baseada na experiência de perda de crédito histórica não ajustada, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada, com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras desde que tais dados estejam disponíveis sem custo ou esforços excessivos.

Em geral, para os demais recebíveis, a companhia reconhece provisão por valor equivalente à perda de crédito esperada para 12 meses, entretanto, quando o risco de crédito do instrumento financeiro tiver aumentado significativamente desde o seu reconhecimento inicial, a provisão é reconhecida por valor equivalente à perda de crédito esperada (vida toda).

Ao avaliar o aumento significativo do risco de crédito, a companhia compara o risco de inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data do balanço com o risco de inadimplência (*default*) que ocorre no instrumento financeiro na data de seu reconhecimento inicial. Para tal, a companhia utiliza, entre outros, os seguintes indicadores: alteração significativa real ou esperada na classificação de crédito externa do instrumento financeiro e informações sobre atrasos nos pagamentos.

Independentemente da avaliação do aumento significativo no risco de crédito, a companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando os pagamentos contratuais estiverem vencidos há mais de 30 dias, exceto quando informações razoáveis e sustentáveis disponíveis demonstrarem o contrário.

A companhia assume que o risco de crédito de contas a receber não aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial quando o mesmo possui baixo risco de crédito na data do balanço. Baixo risco de crédito é determinado com base em classificações externas de riscos e metodologias internas de avaliação.

A companhia considera inadimplência quando a contraparte não cumpre com a obrigação legal de pagamento de seus débitos quando devidos ou, a depender do instrumento, quando ocorre atraso de recebimento devido contratualmente em prazo igual ou superior a 90 (noventa) dias.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Perda de crédito esperada é a média ponderada de perdas de crédito com os respectivos riscos de inadimplência, que possam ocorrer conforme ponderações. A perda de crédito sobre um ativo financeiro é mensurada pela diferença entre todos os fluxos de caixa contratuais devidos à companhia e todos os fluxos de caixa contratuais devidos à companhia e todos os fluxos de caixa que a companhia espera receber, descontados à taxa efetiva original.

6. Arrendamentos mercantis

6.1. Recebimentos mínimos de arrendamento mercantil financeiro – UTE Termobahia

Os recebimentos mínimos de arrendamento mercantil financeiro estão detalhados a seguir:

Compromissos Estimados	Recebimentos		
	Valor Futuro	Juros Anuais	Valor Presente
2021	133.851	(8.080)	125.771
2022 em diante	239.816	(49.003)	190.813
Em 31 de dezembro de 2020	373.667	(57.082)	316.584
Circulante			125.771
Não circulante			190.813
Em 31 de dezembro de 2020			316.584
Circulante			121.724
Não circulante			271.709
Em 31 de dezembro de 2019			393.433

O arrendamento mercantil financeiro (com transferência de benefícios, riscos e controles) é representado pelo contrato de locação da UTE Termobahia, celebrado com a Petrobras com prazo de 3.820 dias, com parcelas vencíveis mensalmente, corrigido pela variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA (nota explicativa 1).

6.2. Arrendamento mercantil – Sublocação da sala

A movimentação do contrato de arrendamento reconhecido como passivo está demonstrada a seguir:

	31.12.2019	Segregação CP LP	Pagamentos de Principal	Pagamentos de Juros	Remensurações no contrato	Encargos no período	31.12.2020
País - Curto prazo	316	81	(152)	(42)	-	44	247
País - Longo prazo	475	(81)	-	-	4	-	398
Total	791	-	(152)	(42)	4	44	645

A tabela a seguir apresenta os vencimentos destes contratos:

Vencimento em	2021	2022	2023	Total
Saldo em 31 dezembro de 2020	247	243	155	645

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

A companhia firmou, em 1º de maio de 2019, contrato de sublocação de uma sala entre a Termobahia S.A. (sublocatária) e Petrobras (sublocadora), localizada no Edifício Torre Pituba em Salvador-BA que teve início em 01 de maio de 2019 e terá término em 15 de setembro de 2023 tendo como base normativa o CPC 06 (R2). Considerando a transferência de benefícios, riscos e controles do ativo, o contrato foi classificado como arrendamento mercantil financeiro.

Prática contábil

Os arrendamentos mercantis que transferem substancialmente todos os riscos e benefícios sobre o ativo objeto do arrendamento são classificados como arrendamentos mercantis financeiros.

Para os arrendamentos mercantis em que a companhia é a arrendatária, ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo do item arrendado, ou se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil, ambos determinados no início do arrendamento.

Os rendimentos e as despesas financeiras são apropriados ao resultado ao longo do prazo de contrato, com base na taxa de desconto que ajustou o recebível/pagamento ao valor presente.

Pagamentos e recebimentos contingentes são reconhecidos como despesas e/ou receitas quando incorridos.

7. Imobilizado

	Edificações e construções	Total
Saldo em 01 janeiro de 2019	-	-
Adições	825	825
Depreciação	(116)	(116)
Saldo em 31 dezembro de 2019	709	709
Remensuração de contrato	4	4
Depreciação	(174)	(174)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	539	539
Custo	829	829
Depreciação	(290)	(290)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	539	539

Refere-se ao direito de uso vinculado ao contrato de sublocação de uma sala comercial celebrado com a sua controladora (nota explicativa 6.2). A depreciação é pelo método linear, com base no prazo do contrato.

Prática contábil

Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição, que representa os custos dos bens de uso administrativo, deduzido da depreciação acumulada.

8. Financiamentos

Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

a) Financiamentos em Reais

Conforme escritura particular da primeira emissão de 8 de janeiro de 2003, a companhia procedeu à emissão de 550.000 debêntures, não conversíveis em ações, emitidas sob a forma nominativa escritural, sem a emissão de cautelas ou certificados, com valor nominal unitário de R\$ 100, perfazendo montante de R\$ 55.000. As debêntures fazem jus a remuneração, a partir da data de subscrição, baseada no IGP-M, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, acrescida de uma taxa de juros de 15,34% a.a. até 29 de setembro de 2008, e 8% a.a. a partir de 30 de setembro de 2008, sendo amortizadas em 237 (duzentas e trinta e sete) parcelas, mensais, variáveis e consecutivas, sendo a primeira com vencimento em 15 de janeiro de 2004. Do total da emissão, foram subscritas pela Petros 480.562 debêntures.

Os recursos se destinaram, principalmente, à construção da planta termelétrica da companhia.

A companhia possui obrigações relacionadas aos financiamentos (*covenants*), de natureza qualitativa, dentre as quais, pode-se citar:

i) fornecer ao Agente Fiduciário: dentro de no máximo 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, demonstrações financeiras completas relativas ao mesmo;

ii) fornecer ao Agente Fiduciário: imediatamente, qualquer informação razoável que lhe venha a ser solicitada;

iii) manter em adequado funcionamento, serviço de atendimento aos debenturistas, tendo em vista assegurar eficiente tratamento aos titulares das Debêntures;

iv) manter seus bens adequadamente assegurados, conforme práticas correntes.

Além disso, a companhia deve informar imediatamente ao Agente Fiduciário a ocorrência de eventos importantes que possam gerar inadimplência, como insolvência ou reprogramação, dissolução, execução ou retenção. A ocorrência de tais eventos, poderá ocasionar o vencimento antecipado de todas as obrigações relativas às debêntures.

As movimentações dos saldos de curto e longo prazo dos financiamentos são apresentadas a seguir:

	<u>Debêntures</u>
Circulante e Não Circulante	
No país	
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2019	60.703
Amortização de Principal	(10.626)
Amortização de Juros	(4.701)
Variações monetárias	7.504
Saldo final em 31 de dezembro de 2019	52.880
Circulante	13.994
Não Circulante	38.886
Saldo inicial em 1º de janeiro de 2020	52.880
Amortização de Principal	(12.571)
Amortização de Juros	(4.363)
Variações monetárias	14.605
Saldo final em 31 de dezembro de 2020	50.551
Circulante	18.509
Não Circulante	32.042

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

8.2. Informações resumidas sobre os financiamentos (passivo circulante e não circulante)

Vencimento em	até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	3 a 4 anos	Total
Financiamentos em Reais (a):					
Indexados a taxas fixas	18.509	17.687	14.355	-	50.551
Taxa média dos Financiamentos	8%	8%	8%	-	8%
Total em 31 de dezembro de 2020	18.509	17.687	14.355	-	50.551
Total em 31 de dezembro de 2019	13.994	13.005	14.286	11.595	52.880

9. Partes relacionadas

A companhia segue a política com partes relacionadas do sistema Petrobras, que visa estabelecer regras para assegurar que todas as decisões envolvendo partes relacionadas e situações com potencial conflito de interesses respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações.

Esta política que orienta a Petrobras na celebração de Transações com Partes Relacionadas de forma a assegurar os interesses da companhia, alinhada à transparência nos processos, às exigências legais e às melhores práticas de Governança Corporativa, sem conflito de interesses e em observância aos seguintes princípios:

Competitividade: preços e condições dos serviços compatíveis com os praticados no mercado;

Conformidade: aderência aos termos e responsabilidades contratuais praticados pela companhia;

Transparência: reporte adequado das condições acordadas, bem como seus reflexos nas demonstrações financeiras da companhia;

Equidade: estabelecimento de mecanismos que impeçam discriminações ou privilégios e adoção de práticas que assegurem e não utilização de informações privilegiadas ou oportunidades de negócio em benefício individual ou de terceiros;

Comutatividade: prestações proporcionais para cada contratante.

A política também visa a garantir a adequada e diligente tomada de decisões por parte da administração da companhia.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Os membros da Diretoria exercem funções gerenciais na controladora Petrobras e não recebem verbas remuneratórias da Termobahia S.A, sendo que a companhia efetua o ressarcimento dos valores de honorários previstos pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST e aprovados no Conselho de Administração e Assembleia Geral (nota explicativa 9.1 – partes relacionadas).

As remunerações média do ano dos empregados, incluindo os ocupantes de funções gerenciais, relativas aos anos de 2020 e 2019 foram as seguintes:

Remuneração do empregado	Expresso em reais	
	2020	2019
Menor remuneração	6.751	5.927
Remuneração média	13.896	16.040
Maior remuneração	36.788	108.564

As remunerações totais dos membros do conselho de Administração da Termobahia têm por base as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST, do Ministério da Economia, e pelo Ministério de Minas e Energia e são apresentadas a seguir:

	2020	2019
	Conselho de Administração	Conselho de Administração
Salários e benefícios	104	73
Número de membros	6	4
Número de membros remunerados	6	4

A Assembleia Geral Extraordinária da Termobahia, realizada em 30 de junho de 2020, fixou a remuneração dos administradores e do Conselho Fiscal em R\$ 1.436, como limite global de remuneração a ser paga no período compreendido entre abril de 2020 e março de 2021.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

10. Tributos

10.1. Tributos correntes

	Ativo circulante		Passivo Circulante	
	2020	2019	2020	2019
Imposto de renda	2.482	129	-	1.225
Contribuição social	1.112	87	-	320
	3.594	216	-	1.545

Demais impostos e contribuições	Ativo circulante		Ativo não circulante		Passivo Circulante	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
PIS e COFINS (i)	-	-	20.056	19.948	270	1.162
Imposto de renda retido na fonte	-	-	-	-	2.248	177
Outros impostos	10	-	-	-	-	-
	10	-	20.056	19.948	2.518	1.339

(i) Em função da omissão da Lei 12.973/2014 quanto ao tratamento a ser dado às receitas financeiras sobre o arrendamento mercantil, a companhia adicionava a sua base de cálculo de PIS e COFINS as referidas receitas. Com a publicação da IN RFB nº 1881/2019, que esclarece que não serão acrescidos à base de cálculo do PIS e da COFINS as receitas financeiras oriundas de arrendamento mercantil, a companhia reprocessou a apuração destas contribuições relativas aos períodos de julho de 2015 a abril de 2019 e ingressou com pedido de restituição junto à Delegacia da Receita Federal.

10.2. Imposto de renda e contribuição social diferidos – não circulante

Os fundamentos e as expectativas para realização estão apresentados a seguir:

a) A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos está apresentada a seguir:

	Arrendamento					Total
	Imobilizado	Contas a receber	Contas a pagar	Prejuízos fiscais	Outros	
Em 1º de janeiro de 2019	48.058	(152.947)	-	26.017	(2.294)	(81.166)
Reconhecido no resultado do exercício	(10.117)	23.208	-	(13.935)	(171)	(1.015)
Em 31 de dezembro de 2019	37.941	(129.739)	-	12.082	(2.465)	(82.181)
Reconhecido no resultado do exercício	(10.118)	25.893	(122)	(8.317)	(66)	7.270
Em 31 de dezembro de 2020	27.823	(103.846)	(122)	3.765	(2.531)	(74.911)

b) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos

A Administração considera que os débitos fiscais diferidos passivos serão realizados na proporção da realização das receitas e da resolução final dos eventos futuros, ambos baseados em projeções efetuadas.

Em 31 de dezembro de 2020, a expectativa de realização dos ativos e passivos fiscais diferidos é a seguinte:

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Imposto de renda e CSLL diferidos, líquidos	
	Ativos	Passivos
2021	3.643	(26.185)
2022	-	(26.185)
2023	-	(26.184)
Parcela registrada contabilmente	3.643	(78.554)
Parcela não registrada contabilmente	1.090	-
Total	4.733	(78.554)

Em 31 de dezembro de 2020, a companhia possuía prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de R\$ 11.258 (R\$ 35.534 em 2019) e constituiu créditos tributários diferidos de imposto de renda (25%) e de contribuição social (9%), pela sua totalidade, no montante de R\$ 3.765. A Administração da companhia vem monitorando a geração de lucro nas operações, a partir da reformulação contratual, objetivando avaliar a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros.

10.3. Reconciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A reconciliação dos tributos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos tributos registrados estão apresentados a seguir:

	2020	2019
Lucro antes dos impostos	47.991	81.899
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas nominais (34%)	(16.317)	(27.846)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:		
Exclusões/(Adições), líquidas		
Temporárias	(43)	(372)
Permanentes	3.929	(5.310)
Outros	125	26
Imposto de renda e contribuição social	(12.306)	(33.502)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7.270	(1.015)
Imposto de renda e contribuição social correntes	(19.225)	(32.487)
	(11.955)	(33.502)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	(26)%	(41)%

Prática contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício são reconhecidas no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido, compreendendo os impostos correntes e diferidos calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de IRPJ de 10% sobre o lucro tributável (lucro real) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável (lucro real) para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando-se a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável (lucro real) do exercício.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

São calculados com base no lucro tributável apurado conforme legislação pertinente e alíquotas vigentes no final do período que está sendo reportado. As incertezas sobre tratamento de tributos sobre o lucro são avaliadas periodicamente, levando em consideração a probabilidade de aceitação pela autoridade fiscal.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, quando existe direito legalmente executável para compensar os valores reconhecidos e quando há intenção de liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

São geralmente reconhecidos sobre as diferenças temporárias apuradas entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis, e mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no exercício quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam promulgadas ou substantivamente promulgadas ao final do exercício que está sendo reportado.

O ativo fiscal diferido é reconhecido para todas as diferenças temporárias dedutíveis, inclusive para prejuízos e créditos fiscais não utilizados, na medida em que seja provável a existência de lucro tributável contra o qual a diferença temporária dedutível possa ser utilizada, a não ser que o ativo fiscal diferido surja do reconhecimento inicial de ativo ou passivo na transação que não é uma combinação de negócios e no momento da transação não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados líquidos, quando existe direito legalmente executável à compensação dos ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária ou realizar os ativos e liquidar os passivos, simultaneamente, em cada exercício futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

11. Benefícios concedidos a empregados

Os saldos relativos aos benefícios concedidos a empregados estão representados a seguir:

	2020	2019
Passivo não circulante		
Plano de Pensão Petros 2	3.746	5.328
Plano de saúde AMS	4.862	7.369
	8.608	12.697

11.1. Plano Petros 2 – Fundação Petrobras de Seguridade Social

A gestão dos planos de previdência complementar da companhia é responsabilidade da Fundação Petrobras de Seguridade Social (Petros) que foi constituída pela Petrobras como uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira.

O plano Petros 2 foi implementado pela companhia a partir de 2010, na modalidade de contribuição variável.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

A parcela desse plano com característica de benefício definido refere-se à cobertura de risco com invalidez e morte, garantia de um benefício mínimo e renda vitalícia, sendo que os compromissos atuariais relacionados estão registrados de acordo com o método da unidade de crédito projetada. A parcela do plano com característica de contribuição definida destina-se à formação de reserva para aposentadoria programada, cujas contribuições são reconhecidas no resultado de acordo com o pagamento. Em 2020, a contribuição da companhia para parcela de contribuição definida totalizou R\$ 793 (R\$ 332 em 2019).

A parcela da contribuição com característica de benefício definido está suspensa entre 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2021, conforme decisão do Conselho Deliberativo da Fundação Petros, que se baseou na recomendação da Consultoria Atuarial da Fundação. Dessa forma, toda contribuição deste exercício está sendo destinada para conta individual do participante.

Em 2020, houve alteração nas premissas utilizadas no cálculo do passivo atuarial e a companhia reconheceu um ganho de R\$ 2.376 em Outros Resultados Abrangentes em contrapartida com a redução no passivo atuarial decorrente da remensuração do seu plano de pensão. O saldo do passivo atuarial em 31 de dezembro de 2020 montava em R\$ 3.746.

As contribuições esperadas das patrocinadoras para 2021 são de R\$ 734, referente a parcela de contribuição definida.

A duração média do passivo atuarial do plano na data base em 31 de dezembro de 2020 é de 22,07 anos.

11.2. Plano de Saúde – Assistência Multidisciplinar de Saúde (AMS)

A Termobahia mantém um plano de assistência médica (AMS) a todos seus empregados desde o exercício de 2012, que inclui assistência médica pós-emprego, e os termos deste benefício foram especificados somente a partir do Acordo Coletivo de Trabalho de 2014/2015. Desta forma, a partir do exercício de 2015, a companhia passou a constituir provisão dos compromissos de assistência médica pós-emprego, com base em laudo atuarial.

O plano é administrado pela Petrobras e sua gestão é baseada em princípios de autossustentabilidade do benefício, e conta com programas preventivos e de atenção à saúde. O principal risco atrelado a benefícios de saúde é o relativo ao ritmo de crescimento dos custos médicos, decorrente tanto da implantação de novas tecnologias e inclusão de novas coberturas quanto de um maior consumo de saúde. Nesse sentido, a Petrobras busca mitigar esse risco por meio de aperfeiçoamento contínuo de seus procedimentos técnicos e administrativos, bem como dos diversos programas oferecidos aos beneficiários.

Os empregados contribuem com uma parcela mensal pré-definida para cobertura de grande risco e com uma parcela de gastos incorridos referentes às demais coberturas, ambas estabelecidas conforme tabelas de participação baseadas em determinados parâmetros, incluindo níveis salariais, além do benefício farmácia que prevê condições especiais de aquisição, em farmácias cadastradas distribuídas em todo o território nacional, de certos medicamentos. O plano de assistência médica não está coberto por ativos garantidores.

O pagamento dos benefícios é efetuado pela companhia com base nos custos incorridos pelos participantes, sendo a participação financeira da companhia e dos beneficiários, nas proporções dos itens abaixo e nas formas previstas no acordo coletivo de trabalho:

- i) A partir de 01/01/2021 a participação será na proporção de 60% (sessenta por cento) dos gastos cobertos pela companhia e os 40% (quarenta por cento) restante pelos beneficiários titulares.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

- ii) A partir de 01/01/2022 a participação passará a respeitar limite paritário, de acordo com o previsto na Resolução CGPAR nº 23, na proporção de 50% (cinquenta por cento) entre a companhia e os participantes.

A companhia e as entidades sindicais estabelecem que se houver mudança ou revogação da Resolução da CGPAR nº 23, em decorrência de atos ou diplomas regularmente baixados pelos poderes executivo ou legislativo, permanecerá a relação 60% x 40%, até novo ajuste entre as partes.

Em 2020, houve alteração nas premissas utilizadas no cálculo do passivo atuarial e a companhia reconheceu um ganho de R\$ 3.518 em Outros Resultados Abrangentes em contrapartida com a redução no passivo atuarial decorrente da remensuração do seu plano de assistência médica. O saldo do passivo atuarial em 31 de dezembro de 2020 montava em R\$ 4.862.

A duração média do passivo atuarial do plano em 31 de dezembro de 2020 é de 30,57 anos (31,57 anos em 31 de dezembro de 2019).

11.3. Remuneração variável

Programa de Prêmio por performance - PPP

Em 2020, o Conselho de Administração aprovou para o exercício de 2020 um novo modelo de remuneração variável para todos os empregados da companhia: o Programa de Prêmio por Performance - PPP, que alinhado ao Plano de Negócios e Gestão, valorizará a meritocracia e trará flexibilidade para um cenário em que a empresa busca mais eficiência e alinhamento às melhores práticas de gestão.

O novo PPP será pago em parcela única e o montante estimado de desembolso dependerá de determinados fatores, como desempenho individual dos empregados e resultado das áreas, além das métricas de desempenho da companhia.

Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de R\$ 140 representa provisão reconhecida no exercício de 2020.

Prática contábil

As obrigações com os planos de benefícios definidos de pensão e aposentadoria e os de assistência médica são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável. O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final, e considera determinadas premissas atuariais que incluem: estimativas demográficas e econômicas, estimativas dos custos médicos, bem como dados históricos sobre as despesas e contribuições dos funcionários.

O custo do serviço é reconhecido no resultado e compreende: i) custo do serviço corrente, que é o aumento no valor presente da obrigação de benefício definido resultante do serviço prestado pelo empregado no exercício corrente; ii) custo do serviço passado, que é a variação no valor presente da obrigação de benefício definido por serviço prestado por empregados em exercícios anteriores, resultante de alteração (introdução, mudanças ou o cancelamento de um plano de benefício definido) ou de redução (uma redução significativa, pela entidade, no número de empregados cobertos por um plano); e iii) qualquer ganho ou perda na liquidação (*settlement*).

Juros líquidos sobre o valor líquido de passivo de benefício definido é a mudança, durante o exercício, no valor líquido de passivo de benefício definido resultante da passagem do tempo. Tais juros são reconhecidos no resultado.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Remensurações do valor líquido de passivo de benefício definido são reconhecidos no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, e compreendem: i) ganhos e perdas atuariais e ii) retorno sobre os ativos do plano, excluindo valores considerados nos juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido.

12. Patrimônio líquido

12.1. Capital social realizado

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital subscrito e integralizado no valor de R\$ 311.752 está representado por 52.019 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Prática contábil

Os gastos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como transações de capital, líquido de efeitos tributários.

12.2. Transações de capital

Em face da alteração do modelo contratual da operação celebrado com a Petrobras, no exercício de 2013, conforme mencionado na nota explicativa 1, foi revertido o saldo de recebíveis do antigo Contrato de Conversão de Energia (R\$ 242.184) e constituído o novo valor dos recebíveis, observando o Contrato de Aluguel da Planta (R\$ 594.213). O montante líquido apurado (R\$ 352.029), abatido dos impostos diferidos (R\$ 96.513), foi registrado como Transação de Capital (R\$ 255.516), em função de não ser permitido o reconhecimento de ganho em operação não usual entre empresas do mesmo grupo econômico pelas atuais práticas contábeis adotadas no Brasil.

12.3. Reservas de lucros

a) Reserva legal

Constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações.

12.4. Dividendos

Os acionistas terão direito, em cada exercício, aos dividendos, que não poderão ser inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações. O contrato social prevê que os sócios poderão aprovar dividendos adicionais ao mínimo obrigatório.

Em 30 de junho de 2020, em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a Administração deliberou e aprovou a distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios de 2019 de R\$ 11.494 e da totalidade dos dividendos adicionais propostos de R\$ 34.483, totalizando R\$ 45.977. Desse montante, R\$ 45.448 referem-se à Petrobras e R\$ 529 à Petros, os quais foram pagos em 17 de julho de 2020.

A proposta dos dividendos relativos ao exercício de 2020, no montante de R\$ 34.235, atendem aos direitos garantidos dos acionistas.

12.4.1. Dividendos propostos

A proposta de dividendos registrada nas demonstrações financeiras da companhia a ser apreciada pelos acionistas em Assembleia Geral Ordinária, é assim demonstrada:

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	2020	2019
Lucro do exercício	36.036	48.397
Apropriação:		
Reserva legal	(1.801)	(2.420)
Lucro básico para determinação do dividendo	34.235	45.977
Dividendos propostos, equivalente a 40% (25% em 2019) do lucro básico:		
Juros sobre o capital próprio	11.747	-
IRRF (15%) sobre JSCP aprovado em 2020	2.074	-
Dividendos	-	11.494
	13.821	11.494
Dividendos adicionais propostos	20.414	34.483
Total de dividendos propostos	34.235	45.977

Os dividendos propostos em 31 dezembro de 2020, montante de R\$ 34.235, incluem os juros sobre o capital próprio (JSCP) no total de R\$ 13.821, desse montante, R\$ 13.661 referem-se à Petrobras e R\$ 160 à Petros, aprovados em assembleia geral extraordinária realizada em 28 de dezembro de 2020 a serem pagos até 29 de janeiro de 2021 e os dividendos adicionais propostos de R\$ 20.414, cujo pagamento será realizado em data a ser fixada em assembleia dos acionistas.

Os juros sobre o capital próprio (JSCP) estão sujeitos à retenção de imposto de renda na fonte de 15%, conforme estabelecido na Lei 9.249/95. Esses juros foram imputados aos dividendos propostos e contabilizados no resultado operacional, conforme requerido pela legislação fiscal, e foram revertidos contra lucros acumulados, resultando em um crédito tributário de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 4.699.

Prática contábil

A remuneração aos acionistas se dá sob a forma de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio com base nos limites definidos em lei e no estatuto social da companhia.

A parcela dos dividendos prevista no estatuto ou que represente o dividendo mínimo obrigatório é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras. Qualquer excesso deve ser mantido no patrimônio líquido, na conta dividendo adicional proposto, até a deliberação definitiva a ser tomada pelos acionistas na AGO.

12.5. Resultado por ação

	2020	2019
Lucro do período atribuível aos acionistas da Termobahia S.A.	36.036	48.397
Quantidade de ações	52.019	52.019
Lucro básico e diluído por ação ordinária (R\$ por ação)	692,75	930,37

O resultado por ação básico é calculado dividindo-se o lucro ou (prejuízo) do exercício atribuído aos acionistas da companhia pela média ponderada da quantidade de ações em circulação.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

12.6. Outros resultados abrangentes

Companhia reconhece perda e/ou ganhos, anualmente, pela remensuração dos seus planos de pensão e assistência médica.

Em 2020, houve alteração relevante, principalmente, na premissa financeira (taxa desconto) utilizada no cálculo do passivo atuarial, conforme notas 11.1 e 11.2. Dessa forma, a companhia reconheceu um ganho de R\$ 5.894 com a remensuração dos seus planos de pensão e assistência médica.

13. Receita de arrendamento

	2020	2019
Receita de arrendamento (i)	56.628	60.196
Receita líquida	56.628	60.196

(i) A menor receita de arrendamento refere-se à redução do saldo do fluxo nominal dos recebíveis do arrendamento mercantil financeiro, reflexo dos recebimentos mensais do contrato.

Prática contábil

A receita com arrendamento mercantil financeiro é apropriada ao resultado em base mensal, ao longo do prazo do contrato, de acordo com a taxa interna de retorno – TIR, identificada na data inicial do arrendamento.

As receitas são reconhecidas pelo regime de competência.

14. Despesas gerais e administrativas

	2020	2019
Gastos com pessoal	(3.665)	(1.412)
Compartilhamento de gastos com a controladora (nota explicativa 9.1)	(837)	(766)
Serviços, aluguéis e outros	(696)	(857)
Depreciação e amortização	(174)	(116)
	(5.372)	(3.151)

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

15. Outras receitas líquidas

	2020	2019
Reembolso de pessoal cedido (nota explicativa 9.1)	1.193	(1.276)
Provisão para perdas com processos judiciais e administrativos	-	191
Reprocessamento de PIS e COFINS (i)	-	16.561
Participação nos lucros ou resultados	-	(520)
Programa de remuneração variável	239	(1.313)
Outras despesas, líquidas	(3)	(297)
	1.429	13.346

(i) Reprocessamento das apurações das contribuições (PIS E COFINS) relativas ao período de julho de 2015 a abril de 2019 conforme processo informado na nota explicativa 10.1.

16. Resultado financeiro líquido

	2020	2019
Receitas financeiras	10.131	17.901
Resultado com recebíveis de ativos financeiros	9.938	17.407
Receita de juros sobre depósitos judiciais	193	493
Outros	-	1
Despesas Financeiras	(4.024)	(4.562)
Despesas com endividamentos	(3.942)	(4.429)
Outros	(82)	(133)
Variações monetárias, líquidas	(10.184)	305
Atualização monetária sobre endividamento líquido (i)	(10.689)	(3.120)
Atualização monetária sobre reprocessamento de PIS e COFINS (ii)	-	2.811
Atualização monetária sobre impostos a recuperar	503	614
Outras variações monetárias líquidas	2	-
Total	(4.077)	13.644

(i) Aumento da despesa de atualização monetária sobre as debêntures com a Petros (R\$ 7.569 mil), tendo em vista a variação de 22,23% no IGP-M em 2020 (contra variação de 3,94% em 2019).

(ii) Reprocessamento das apurações das contribuições (PIS E COFINS) relativas ao período de julho de 2015 a abril de 2019 conforme processo informado na nota explicativa 10.1.

17. Informações complementares à demonstração do fluxo de caixa

	2020	2019
Valores pagos durante o exercício		
Imposto de renda retido na fonte de terceiros	1.258	1.496

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

18. Processos judiciais e contingências

18.1. Processos judiciais provisionados

No exercício de 2020, a movimentação dos depósitos judiciais refere-se ao resgate de depósito judicial, vinculado a processo judicial de natureza fiscal, julgado em favor da companhia.

18.2. Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais são apresentados de acordo com a natureza das correspondentes causas:

Ativo não circulante	2020	2019
Trabalhistas	79	76
Fiscais	280	10.641
	359	10.717

No exercício de 2020, a movimentação refere-se ao resgate de depósito judicial vinculado a pleito judicial acerca do ICMS incidente sobre partes e peças utilizados na construção da termoelétrica com benefício de diferimento, que foi revogado pela Fazenda Pública, todavia a companhia solicitou a sua restauração em processo conexo, com êxito na decisão final.

18.3. Processos judiciais não provisionados

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes cuja saída de recursos não é provável ou para os quais não seja possível fazer uma estimativa suficientemente confiável do valor da obrigação, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos.

Os passivos contingentes, acrescidos de juros e atualização monetária, estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2020 e 2019, cuja probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados na tabela a seguir:

Natureza	Estimativa	
	2020	2019
Fiscais	11.140	11.017
Trabalhistas	4.624	3.685
	15.764	14.702

O quadro a seguir detalha as principais causas, cujas expectativas de perdas estão classificadas como possível:

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Descrição dos processos	Estimativa	
	2.020	2.019
Autor: União Federal		
1) DCOMP - Declaração de Compensação - Crédito de IRRF não reconhecido. Situação atual: Aguardando julgamento da manifestação de inconformidade perante a Delegacia da Receita Federal.	4.427	4.369
2) DCOMP - Declarações de Compensação - Crédito de IRRF não reconhecidos. Situação atual: Aguardando julgamento do recurso voluntário.	5.450	5.407
3) Processos de natureza trabalhista - Cálculo do Complemento de remuneração	4.624	3.685
4) Processos diversos de natureza fiscal	1.263	1.241
Total dos processos	15.764	14.702

Prática contábil

As provisões são reconhecidas quando: (i) a companhia tem uma obrigação presente como resultado de evento passado; (ii) é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos será necessária para liquidar a obrigação, e (iii) o valor da obrigação possa ser estimado de forma confiável.

Os ativos e passivos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a probabilidade de saída de recursos for possível, inclusive aqueles cujos valores não possam ser estimados. Já os ativos contingentes são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for tida como provável. Caso a entrada de benefícios econômicos seja tida como praticamente certa, o ativo relacionado não é um ativo contingente e seu reconhecimento é adequado.

19. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

19.1. Instrumentos financeiros

A companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a companhia não efetuou aplicações de caráter especulativo. Os resultados estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da companhia.

Durante os exercícios de 2020 e 2019 não foram identificados derivativos embutidos nas operações da companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da companhia e estão demonstradas em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	2020	2019
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1	1
Contas a receber, líquidas	131.708	125.398
Contas a receber - FIDC	400.173	339.194
	<u>531.881</u>	<u>464.593</u>
Não circulante		
Contas a receber, líquidas	190.813	271.709
Depósitos judiciais	359	10.717
	<u>723.053</u>	<u>747.019</u>
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	1.044	474
Financiamentos	18.509	13.994
	<u>19.553</u>	<u>14.468</u>
Não circulante		
Financiamentos	32.042	38.886
	<u>51.595</u>	<u>53.354</u>

O principal ativo financeiro da empresa é classificado na categoria Empréstimos e Contas a Receber, não derivativo com pagamentos fixos ou determináveis, e que não possui a característica de negociação em mercados organizados, exceto os montantes classificados como contas a receber – FIDC, que estão mensurados pelo valor justo por meio de resultado.

Prática contábil

Caixa e equivalente de caixa

Incluem numerário em espécie, depósitos bancários disponíveis e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, vencíveis em até três meses, contados da data da contratação original, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e com risco insignificante de mudança de valor.

19.2. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da companhia estão mensurados ao custo amortizado. Os valores justos desses instrumentos financeiros são equivalentes aos seus valores contábeis.

O contas a receber – FIDC, conforme divulgação em nota explicativa 5.2, está mensurado pelo seu valor justo por meio do resultado.

19.3. Gerenciamento de riscos

A gestão da companhia é realizada por seus Diretores, com base na política corporativa para gerenciamento de riscos da sua controladora Petrobras. Esta política visa contribuir para um balanço adequado entre seus objetivos de crescimento e retorno e seu nível de exposição a riscos, quer inerentes ao próprio exercício das suas atividades, quer decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a companhia possa atingir suas metas estratégicas.

As operações da companhia estão sujeitas aos fatores de risco abaixo descritos:

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras)

Notas Explicativas

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

19.3.1. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da companhia incorrer em ganhos ou perdas relativas às oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a companhia segue as orientações corporativas para a Petrobras e suas controladas.

19.3.2. Risco de crédito

A companhia está exposta ao risco de crédito das instituições financeiras decorrentes da administração de seu caixa e equivalentes de caixa e recebíveis de ativos financeiros, que é feita com base nas orientações corporativas de sua controladora Petrobras. Tal risco consiste na impossibilidade de saque ou resgate dos valores depositados, aplicados ou garantidos por instituições financeiras. A exposição máxima ao risco de crédito está representada pelos saldos de caixa e equivalentes de caixa e de recebíveis de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Também é representado por contas a receber do arrendamento mercantil (contrato de locação da UTE Termobahia), o que, no entanto, é atenuado por possuir como único cliente a sua controladora Petrobras.

A Administração avalia que os riscos de crédito associados aos saldos de caixa e equivalentes de caixa e recebíveis são reduzidos, em função de suas operações serem realizadas com base em análise e orientações corporativas de sua controladora Petrobras e com instituições financeiras brasileiras de reconhecida liquidez.

19.3.3. Risco de liquidez

O risco de liquidez da companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa, recebíveis de ativos financeiros ou outros ativos financeiros, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A companhia utiliza seus recursos principalmente com despesas de capital e refinanciamento da dívida e despesas vinculadas ao serviço de operação e manutenção. O risco de liquidez da companhia é administrado de forma corporativa pela controladora Petrobras.

19.4. Seguros

Para proteção de seu patrimônio a Termobahia transfere, através da contratação de seguros, os riscos que, na eventualidade de ocorrência de sinistros, possam acarretar prejuízos que impactem, significativamente, o patrimônio da companhia, bem como os riscos sujeitos a seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

A responsabilidade pela contratação e manutenção do seguro é da Petrobras.

As premissas de riscos adotadas não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

Termobahia S.A.

(Controlada da Petróleo Brasileiro S.A - Petrobras)

Conselho de Administração e Diretoria Executiva

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Paulo Leonardo Marinho Filho
Conselheiro

Leonardo Santos Ferreira
Conselheiro

Isabella Carneiro Leão
Conselheira

DIRETORIA EXECUTIVA

Wellington Gomes Lucas
Presidente

Aline Dias Leonardi
Diretora Administrativa

Marcos Antonio Gibin de Freitas
Contador
CRC-RJ 089868/O-2